ISSN: 2358-8829

VIOLÊNCIA POLICIAL, TENSÕES ÉTNICO-RACIAIS E RESISTÊNCIA *EM CORAÇÃO SEM MEDO*, DE ITAMAR VIEIRA

Francisca Luana Rolim Abrantes [1]
José Aldo Ribeiro da Silva[2]
Virna Lúcia Cunha de Farias[3]

Introdução

> [...] é preciso estarmos atentos às vozes que eles querem calar, ao que essas vozes têm a nos dizer, ao que elas acrescentam na compreensão de nossa realidade e em termos de ampliação dos recursos estéticos disponíveis para reinterpretar o mundo (Dalcastagnè, 2018, p.20).

A formação histórica e social do Brasil é marcada por diferentes formas de violência e desigualdade que atravessam a constituição das relações sociais até a contemporaneidade. Mesmo após a abolição da escravatura, as populações negras continuaram submetidas a processos de marginalização, exclusão e discriminação, que se manifestam, ainda hoje, por meio de práticas racistas e de mecanismos institucionais de desigualdade. Nesse cenário, a violência praticada por agentes do Estado contra grupos socialmente vulnerabilizados constitui uma expressão particularmente significativa das desigualdades estruturais, uma vez que atinge sujeitos que, em princípio, deveriam encontrar no Estado proteção e garantia de direitos.

A literatura, nesse contexto, apresenta-se como um importante espaço de representação e problematização das experiências sociais, sobretudo por possibilitar a

[1] Doutora em Linguagem e Ensino pela Universidade Federal de Campina Grande. Professora substituta de Língua Portuguesa/ Literatura do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba-IFPB/Campus- Santa Rita. E-mail: luanarolimabrantes@gmail.com .
[2] Doutor em Literatura e Interculturalidade pela Universidade Estadual da Paraíba (PPGLI/UEPB). Professor efetivo de Língua Portuguesa/Literatura do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba- IFPB/ Campus- Picuí. E-mail: jose.aldo@ifpb.edu.br.
[3] Doutora em Letras pela Universidade Federal da Paraíba; Professora efetiva de Língua Portuguesa/Literatura do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB)/Campus-Picuí. E-mail: profvirnalucia@gmail.com.

emergência de perspectivas historicamente silenciadas. Por meio da ficção, escritores podem reelaborar acontecimentos, conflitos e experiências que atravessam a sociedade, colocando em evidência sujeitos, vozes e formas de existência frequentemente excluídos dos discursos hegemônicos. Desse modo, a literatura contemporânea brasileira tem desempenhado um papel relevante na representação das desigualdades sociais e raciais, da violência e das diferentes estratégias de resistência desenvolvidas por sujeitos marginalizados. Como observa Dalcastagnè (2018), a literatura constitui também um espaço de disputas simbólicas, no qual se questionam os lugares de fala, de representação e de poder historicamente estabelecidos.

É nesse horizonte que se insere a produção literária de Itamar Vieira Junior, escritor brasileiro cuja obra tem se destacado no cenário da literatura contemporânea pela representação de personagens e comunidades atravessadas por desigualdades sociais, raciais e históricas. Em suas narrativas, questões relacionadas à identidade, à ancestralidade, à exploração, ao racismo e às formas de resistência ocupam lugar de destaque, possibilitando uma reflexão crítica acerca das estruturas que organizam a sociedade brasileira. Nesse sentido, o romance *Coração sem medo* constitui uma obra significativa para a compreensão das relações entre violência, poder, desigualdade e resistência, uma vez que apresenta sujeitos ficcionais cujas experiências são atravessadas por conflitos de natureza social, racial e institucional.

A partir dessa perspectiva, o presente artigo tem como objetivo analisar, em uma abordagem crítico-interpretativista de natureza qualitativa, as configurações da violência policial, as tensões étnico-raciais e as formas de resistência presentes em *Coração sem medo*, de Itamar Vieira Junior. Para orientar o desenvolvimento da pesquisa, foram formuladas as seguintes questões: Como a violência policial é representada na narrativa *Coração sem medo*? De que maneira as tensões étnico-raciais estruturam as experiências de violência vivenciadas pelos sujeitos ficcionais na obra? E quais formas de resistência são mobilizadas pelas personagens diante da violência institucional? Tais questionamentos permitem estabelecer uma leitura da obra que ultrapassa a dimensão estritamente estética, compreendendo a literatura como espaço de representação e reflexão sobre problemas históricos e sociais que permanecem presentes na realidade brasileira. No que se refere ao referencial teórico, a discussão fundamenta-se nas contribuições de Silvio Almeida (2019), Djamila Ribeiro (2017), Regina Dalcastagnè (2018), entre outros.

ISSN: 2358-8829

Entre a repressão e a resistência: relações de poder e conflitos étnico-raciais na narrativa em *Coração sem medo*

O romance Coração sem medo, de Itamar Vieira Junior, configura a partir de uma escrita envolvente não só a violência institucional, o racismo estrutural, mas também as formas de resistência de sujeitos marginalizados. Ao longo da leitura, acompanhamos a história da personagem Rita Preta, uma mulher negra e mãe solo de três filhos, que, após o desaparecimento de Cid, seu filho mais velho, em circunstâncias associadas à violência policial, inicia uma busca por respostas. Essa trajetória ultrapassa a dimensão individual e representa a luta de mães e famílias que enfrentam o silenciamento e a omissão do Estado na busca por justiça e pelo direito ao luto.

A violência policial é apresentada não como um episódio isolado, mas como parte de uma estrutura que submete determinados corpos e territórios à vigilância e à criminalização. Essa dinâmica manifesta-se também no medo que impede os moradores de compartilhar informações sobre o desaparecimento do filho de Rita: “Todos têm repetido entre si que ele foi levado pela polícia, mas as mesmas pessoas têm sonegado informações reiteradas vezes a Rita por medo, e o medo parece servir à autoproteção” (Vieira, 2025, p. 57). O trecho evidencia como o medo opera como mecanismo de silenciamento e autoproteção, revelando os efeitos da violência institucional tanto nas vítimas quanto nas relações comunitárias.

No romance, a percepção da polícia como ameaça evidencia como as instituições podem reforçar a vulnerabilidade de grupos marginalizados, em vez de lhes garantir proteção. A experiência de Rita, por sua vez, ultrapassa a dimensão imediata do desaparecimento do filho. O acontecimento modifica sua maneira de compreender a realidade e de se relacionar com a própria existência. A personagem passa a perceber a violência não apenas como uma experiência individual, mas como uma condição compartilhada por sujeitos que vivem em contextos semelhantes, como podemos observar no trecho abaixo:

> Rita Preta não consegue ver o mundo dessa maneira porque é arrastada com todos eles para um estado chamado de sobrevivência. Contempla a vida dos outros e, mesmo sem querer, transmuta tudo o que observa numa busca eterna para compreender sua própria existência (Vieira, 2025, p. 67).

Ao analisar o fragmento acima, nota-se que a sobrevivência aparece como condição permanente daqueles que precisam organizar a própria existência em meio à

ISSN: 2358-8829

violência, à insegurança e à ausência de garantias. A protagonista, ao observar a vida de outras pessoas, reconhece experiências que também atravessam sua própria trajetória. Sua dor, portanto, adquire uma dimensão coletiva.

Essa perspectiva aproxima-se das discussões de Ribeiro (2017) acerca da necessidade de considerar os lugares sociais a partir dos quais determinadas experiências são produzidas e narradas. A experiência da personagem não pode ser compreendida de maneira descontextualizada, pois sua posição social interfere diretamente na forma como ela vivencia a violência e na maneira como sua voz é ouvida pelas instituições.

Ao colocar uma personagem negra e periférica no centro da narrativa, Itamar Vieira desloca a perspectiva tradicional que frequentemente apresenta sujeitos marginalizados apenas como objetos da violência e permite que eles assumam o lugar de sujeitos que interpretam, questionam e enfrentam a realidade. A violência policial também é apresentada por meio da percepção de Vera, que observa a movimentação dos agentes e compreende antecipadamente os riscos associados à entrada da polícia na comunidade:

> Vera detalhou a altura dos que via num primeiro plano- os altos, os de estatura mediana-, as vozes exaltadas, os movimentos dos agentes pela rua, a abordagem. Ela queria saber do que se tratava, queria se antecipar à desgraça porque já sabia: quando a polícia entrava na comunidade em 'ações de combate ao crime', assim escutava nos programas policiais da televisão, tratava 'morador e bandido do mesmo jeito'" (Vieira, 2025, p. 95).

Nota-se que a violência policial é precedida pela expectativa de opressão. Ao antecipar a chegada dos agentes, Vera demonstra conhecer os efeitos das incursões policiais em seu território, revelando como a violência se incorpora ao cotidiano de determinadas populações. Já a expressão "morador e bandido do mesmo jeito" evidencia a diluição das fronteiras entre cidadania e criminalidade, questionando a ideia de que a violência estatal se restringe aos indivíduos considerados criminosos e mostrando como moradores periféricos também são submetidos à suspeição e ao tratamento violento.

Assim, em *Coração sem medo*, o território periférico e os sujeitos que nele vivem são representados como alvos de uma lógica de suspeição que antecede qualquer comprovação de prática criminosa. A violência policial representada no romance não pode ser dissociada das tensões étnico-raciais que estruturam a experiência dos personagens.

A narrativa destaca que a violência institucional atinge sujeitos que ocupam posições específicas na estrutura social, sobretudo aqueles submetidos historicamente à marginalização. O desaparecimento de Cid e a ausência de respostas institucionais colocam em evidência uma relação marcada pela desigualdade entre aqueles que possuem poder para decidir e aqueles que precisam lutar para serem ouvidos.

Nesse sentido, a violência não se manifesta apenas na ação física dos agentes, mas também na negação do direito à informação, à justiça, à memória e ao luto. Rita não recebe uma resposta satisfatória sobre o paradeiro do filho, sendo obrigada a transformar a própria dor em instrumento de denúncia. A ausência de respostas produz uma segunda forma de violência: a manutenção da família em um estado permanente de incerteza.

A presença de personagens historicamente marginalizados como protagonistas de suas próprias experiências constitui, assim, uma forma de deslocamento dos discursos hegemônicos. Ao colocar Rita no centro da busca por justiça, o autor confere centralidade à experiência de uma mulher negra que enfrenta simultaneamente a violência institucional, o apagamento e a dificuldade de ter sua voz reconhecida.

Nesse contexto, a violência contra o filho de Rita também se transforma em violência contra a própria mãe. Ao procurar respostas, ela se depara com instituições que não oferecem soluções efetivas. O silêncio institucional contribui para prolongar a dor e transforma o desaparecimento em uma experiência contínua. A personagem passa, então, a denunciar publicamente o caso e a reivindicar justiça, aproximando sua luta da experiência de outras famílias. Vejamos:

> Rita havia falado em público sobre o caso, dado entrevistas. Denunciava abertamente a violência por onde passava. Exigia justiça. Rita não fazia nada diferente do que os outros, que perderam seus filhos, maridos e irmãos, tivessem feito. Paravam o trânsito, incendiavam pneus, iam para todo canto carregando a fotografia dos desaparecidos em cartazes e roupas. Duda precisa entender que as estratégias de justiça são muitas e não estão apenas nos códigos legais dominados pelos advogados. Passam pela subjetividade das vítimas, à espera de respostas que às vezes não chegam" (Vieira, 2025, p. 207).

O corpo, a voz e a memória tornam-se, assim, instrumentos de resistência. As fotografias dos desaparecidos, os cartazes, as manifestações e as interrupções do trânsito constituem práticas que retiram os sujeitos da invisibilidade. A resistência não ocorre apenas por meio dos mecanismos jurídicos tradicionais, mas também pela ocupação do espaço público. Nesse aspecto, a narrativa evidencia que, diante da insuficiência das

instituições, as próprias vítimas e seus familiares constroem formas alternativas de reivindicar justiça. Além disso, a relação entre racismo estrutural e violência institucional também se evidencia quando Rita questiona a associação automática entre pobreza, criminalidade e violência policial:

> Meu filho não é bandido. Eles fazem perversidade com qualquer pobre, com gente como a gente. Não lembra como chegavam tocando o terror no bairro? Eram doze filhos, maridos, irmãos, netos, Fátima! São doze mortos. E se tiveram cometido algo? Não existe a justiça? Ou a justiça é a vingança de um policial? (Vieira, 2025, p. 227).

Nesse contexto, a violência contra o filho de Rita estende-se à própria mãe, que, diante da ausência de respostas institucionais, transforma a dor em denúncia pública e reivindicação de justiça. Ao conceder entrevistas e aproximar a sua luta da de outras famílias de desaparecidos, a personagem mostra que a resistência também se manifesta por meio da mobilização coletiva, como podemos observar no trecho a seguir:

> Rita havia falado em público sobre o caso, dado entrevistas. Denunciava abertamente a violência por onde passava. Exigia justiça. Rita não fazia nada diferente do que os outros, que perderam seus filhos, maridos e irmãos, tivessem feito. Paravam o trânsito, incendiavam pneus, iam para todo canto carregando a fotografia dos desaparecidos em cartazes e roupas. Duda precisa entender que as estratégias de justiça são muitas e não estão apenas nos códigos legais dominados pelos advogados. Passam pela subjetividade das vítimas, à espera de respostas que às vezes não chegam" (Vieira, 2025, p. 207).

A passagem questiona a conceção de justiça restrita aos mecanismos jurídicos, reconhecendo as denúncias e os protestos como formas legítimas de resistência. Essa discussão aproxima-se da reflexão de Ribeiro, na obra *O que é lugar de fala?*, ao afirmar que as desigualdades decorrem de estruturas de poder que privilegiam determinados grupos em detrimento de outros:

> [...] poder e identidades funcionam juntos a depender de seus contextos e como o colonialismo além de criar, deslegitima ou legitima certas identidades. Logo, não é uma política reducionista, mas atenta-se para o fato de que as desigualdades são criadas pelo modo como o poder articula essas identidades; são resultantes de uma estrutura de opressão que privilegia certos grupos em detrimentos de outros (Ribeiro, 2017, p. 31).

A reflexão da autora permite interpretar o silenciamento enfrentado por Rita como parte de relações desiguais de poder que dificultam o reconhecimento das reivindicações de determinados sujeitos. Ao tornar pública a sua dor, a personagem rompe com esse

silenciamento e transforma a experiência individual numa luta coletiva por justiça, visibilidade e reconhecimento.

O questionamento de Rita desloca a discussão da individualização da culpa para a estrutura da violência. Ao dizer “gente como a gente”, a personagem estabelece uma identidade coletiva entre aqueles que sofrem a ação policial. A expressão também evidencia a consciência de que a violência não se dirige aleatoriamente aos indivíduos, mas incide sobre sujeitos que compartilham determinadas condições sociais.

A pergunta “Ou a justiça é a vingança de um policial?” representa uma ruptura com a naturalização da violência estatal. Rita questiona os limites da autoridade policial e denuncia a transformação da ação supostamente destinada à proteção da sociedade em mecanismo de punição e extermínio. Nesse sentido, o romance tensiona o discurso que legitima automaticamente a violência praticada em nome do combate ao crime.

A partir de Almeida (2019), compreende-se que o racismo possui um caráter sistémico, pois não se limita a atos discriminatórios individuais, mas reproduz desigualdades e relações de privilégio nos âmbitos político, económico e quotidiano. Essa perspectiva permite analisar a violência policial na obra como expressão de estruturas sociais que articulam raça, classe e território, condicionando as experiências dos sujeitos ficcionais. Nesse contexto, a trajetória de Rita retrata como a violência sofrida no âmbito familiar ultrapassa a dimensão individual e adquire um sentido coletivo e político. O seu sofrimento transforma-se em denúncia, e a maternidade torna-se uma forma de enfrentamento, como expressa a narrativa: “Quem fala é mais a mulher, a trabalhadora, a amante que quer apenas seguir sua vida. Quem clama é a mãe. Quem ruge é a fera” (Vieira, 2025, p. 227).

A passagem mostra as múltiplas dimensões da identidade de Rita, cuja voz se intensifica diante da violência contra o filho. A imagem da “fera” rompe com a representação passiva da vítima e simboliza a transformação da dor em resistência. Assim, a personagem desafia o silenciamento institucional e reivindica justiça, revelando como a experiência individual pode converter-se numa forma de contestação das estruturas de opressão.

Rita não aparece apenas como personagem submetida a uma realidade opressora, mas como sujeito que produz discurso e interpreta sua própria experiência. Sua voz confronta os discursos institucionais e sociais que procuram definir quem é vítima, quem é criminoso e quem possui direito à justiça.

ISSN: 2358-8829

Além disso, é importante ressaltar que, no caso de Rita, a resistência manifesta-se inicialmente pela recusa em aceitar o desaparecimento do filho como um fato consumado. A personagem procura a polícia, exige respostas, denuncia publicamente o caso e participa de mobilizações coletivas. Sua resistência, portanto, desenvolve-se em diferentes espaços: nas instituições, nas ruas, nos meios de comunicação e na própria comunidade. Essa resistência é marcada pela permanência, pois a protagonista do romance não abandona a busca mesmo diante da ausência de respostas:

> Não pararia de procurar, não queria outra identidade nem outra cidade para viver enquanto não soubesse de fato onde haviam levado Cid. Não o deixaria sozinho, por mais que não soubesse onde ele estava, mesmo diante da impossibilidade de trazê-lo de volta para casa, para o seu convívio e o dos irmãos" (Vieira, 2025, p. 208).

A insistência da personagem representa uma forma de resistência ao apagamento. Enquanto o desaparecimento poderia produzir o esquecimento do sujeito, a mãe mantém sua existência presente por meio da busca. Procurar Cid significa, nesse sentido, preservar sua memória e reivindicar que sua história seja reconhecida.

Essa atitude também pode ser relacionada ao conceito de resistência enquanto afirmação da subjetividade. Diante de uma estrutura que tenta transformar determinadas vidas em números, suspeitos ou casos encerrados, a protagonista insiste em reafirmar a humanidade e a singularidade do filho. A resistência, portanto, não se resume à oposição direta à polícia ou ao Estado: ela também se manifesta na recusa de aceitar que Cid seja reduzido à condição de desaparecido.

Nesse ponto, a narrativa aproxima-se novamente das discussões de Ribeiro (2017), uma vez que a voz de Rita constitui uma forma de enfrentamento do silenciamento. Falar, denunciar e continuar procurando são práticas que reafirmam sua condição de sujeito. A personagem não espera passivamente que outros falem por ela; constrói sua própria narrativa e disputa publicamente os sentidos atribuídos ao desaparecimento do filho. A dimensão política dessa resistência alcança seu momento mais expressivo no encontro com o governador, quando Rita exige uma resposta sobre o destino de Cid:

> Vim saber o que o senhor vai fazer. Quero que me tragam ele vivo, como ele foi retirado de mim. Mas, se por acaso a polícia matou ele, me digam onde está o corpo para que eu possa dar um enterro digno a ele. Para que eu e os irmãos dele, a gente possa se despedir e viver nosso luto. O que estamos vivendo não é vida, governador. Não é vida! Nem luto. Nem esperança. Morremos com ele (Vieira, 2025, p. 232).

Nesse momento, a resistência de Rita alcança diretamente o poder político. Sua reivindicação não é apenas pelo retorno do filho, mas pelo reconhecimento de seu direito à verdade, ao corpo e ao luto. A ausência de informações impede que a família encerre a experiência da perda e transforma o desaparecimento em uma condição permanente.

A afirmação "Nem luto. Nem esperança" sintetiza a situação de suspensão vivida pela família do desaparecido. A violência não termina com o desaparecimento, pois continua sendo reproduzida pela ausência de respostas. O direito ao luto, nesse sentido, aparece como uma dimensão fundamental da dignidade humana. Saber o que aconteceu com o filho e ter acesso ao corpo significaria para protagonista a possibilidade de reconhecer a morte, despedir-se e reconstruir a própria vida.

A literatura, ao representar essa experiência, amplia a compreensão da violência policial para além do momento do confronto ou da abordagem. A violência também está presente no depois: na espera, no silêncio, na burocracia, na falta de respostas e na impossibilidade de elaborar a perda. É justamente nesse prolongamento da dor que a resistência de Rita adquire força. A frase que encerra esse processo sintetiza a dimensão histórica e coletiva da violência vivenciada pelas personagens: "Para as mães da periferia, a ditadura nunca acabou" (Vieira, 2025, p. 233).

A afirmação estabelece uma relação entre diferentes períodos da história brasileira e sugere a permanência de práticas autoritárias no cotidiano das populações periféricas. Embora o regime ditatorial tenha formalmente terminado, a experiência narrada indica que determinadas populações continuam submetidas à violência, ao medo e à arbitrariedade estatal. A ditadura, nesse sentido, deixa de ser apenas um acontecimento histórico delimitado temporalmente e passa a representar uma experiência de permanência da violência institucional.

A fala de Rita permite estabelecer uma aproximação com a reflexão de Almeida (2019) sobre a permanência das estruturas sociais que reproduzem desigualdades, mesmo diante de transformações políticas e institucionais. Em *Coração sem medo*, essa continuidade se manifesta na luta de Rita para obter informações sobre o paradeiro do filho desaparecido, evidenciando como a violência institucional se prolonga na negação de respostas, no silenciamento das vítimas e na privação do direito ao luto. A busca materna ultrapassa, portanto, a dimensão individual e revela a persistência de mecanismos de exclusão que atingem, sobretudo, sujeitos historicamente marginalizados.

Essa perspectiva dialoga também com Regina Dalcastagnè (2018), cuja reflexão sobre a resistência nos romances contemporâneos destaca a luta contra o amesquinhamento das experiências de dor, perseguição, tortura, desaparecimento e morte. Resistir significa, nesse sentido, não permitir que a violência determine os limites daquilo que pode ser vivido, lembrado ou narrado.

A busca de Rita não se restringe à tentativa de localizar o filho desaparecido, mas constitui também uma forma de resistência ao apagamento de sua história e à negação de sua existência. Ao insistir na procura, denunciar a violência e reivindicar o direito ao luto, a personagem transforma a dor em enfrentamento e reafirma a memória do filho diante das forças que procuram silenciá-la. Assim, a resistência manifesta-se tanto na luta por respostas e justiça quanto na recusa de permitir que o desaparecimento determine o destino da memória, dos corpos e das histórias daqueles que foram vítimas da violência. Como sugere Dalcastagnè, trata-se de afirmar que a violência não pode deter o poder de definir os limites da experiência, da memória e da própria existência.

Desse modo, *Coração sem medo* mostra que a violência policial não se encerra na ação dos agentes, mas se prolonga no silenciamento, na impunidade e na negação do direito à memória e ao luto. Essa permanência da violência é sintetizada na afirmação de que, “para as mães de periferia, a ditadura nunca acabou” (Viera, 2025, p.233), que evidencia como práticas autoritárias continuam a marcar a experiência de populações marginalizadas, mesmo após o fim formal do regime ditatorial. Enfim, ao acompanhar a luta de Rita pelo desaparecimento de seu filho, o romance denuncia não só as desigualdades raciais e sociais que atravessam a atuação do Estado, mas também destaca a resistência das mulheres negras diante dessas estruturas. Além disso, a obra reafirma, assim, o papel da literatura como espaço de denúncia e preservação da memória, no qual narrar a dor também significa reivindicar justiça e impedir que as vítimas sejam condenadas ao esquecimento.

Considerações finais

Em *Coração sem medo*, de Itamar Vieira Junior, a violência policial ultrapassa a dimensão da ação física e se prolonga na falta de respostas, no desaparecimento de pessoas, na impunidade e na negação do direito ao luto. A narrativa evidencia como essa

violência produz medo, sofrimento e desestruturação familiar, questionando discursos que legitimam a atuação repressiva do Estado em territórios periféricos.

A obra também demonstra que raça, classe social e território condicionam a forma como os indivíduos são percebidos e tratados pelas instituições. A associação entre pobreza, periferia e criminalidade contribui para a naturalização da violência estatal e para a desumanização de sujeitos cujas vidas e cujas dores nem sempre recebem o devido reconhecimento. Nesse contexto, a experiência de Rita evidencia a luta das famílias para obter respostas, recuperar os corpos de seus entes queridos e garantir o direito à verdade e ao luto.

Diante da violência institucional, Rita Preta representa uma das principais expressões de resistência do romance. Sua busca pelo filho, Cid, manifesta-se na denúncia pública, na procura por respostas das autoridades, na participação em manifestações e na preservação da memória do desaparecido. Essas ações ampliam a compreensão da resistência para além dos mecanismos jurídicos, abrangendo também a ocupação dos espaços públicos, a reivindicação de justiça e a recusa do esquecimento.

Assim, *Coração sem medo* ultrapassa a representação de casos particulares de violência e promove uma reflexão crítica sobre as relações entre Estado, raça, classe e poder. Ao dar visibilidade à experiência de Rita, o romance reafirma a potência política da literatura contemporânea como espaço de denúncia, preservação da memória e resistência às estruturas autoritárias.

Referências:

ALMEIDA, Silvio Luiz de. *Racismo estrutural*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

DALCASTAGNÈ, Regina. *Ainda estamos aqui:* literatura e resistência no Brasil hoje. Fonte: https://lareelsite.wordpress.com/wp-content/uploads/2018/12/REEL_02_p17-30_Regina_Dalcastange.pdf. Acessado em: 10/08/2026.

JUNIOR, Itamar Vieira. *Coração sem medo.* São Paulo: Todavia, 2025.

RIBEIRO, Djamila. *O que é: lugar de fala?.* Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017. 112 p. (Coleção Feminismos Plurais).